

Noroeste Global

FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

Noroeste Global

FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

**Noroeste
Global**

© 2014, Fundação Calouste Gulbenkian
Título: Noroeste Global
Av. de Berna, 45A/1067-001 Lisboa
Telefone: +351 217 823 000
E-mail: info@gulbenkian.pt

Coordenação e Autoria

José Manuel Félix Ribeiro COORDENAÇÃO DO PROJETO
NOROESTE GLOBAL
João Ferrão COORDENAÇÃO DO PROJETO NOROESTE GLOBAL

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Francisca Moura COORDENAÇÃO DA INICIATIVA CIDADES
Joana Chorincas INICIATIVA CIDADES

Colaborações

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Manuel Assunção REITOR
Carlos Pascoal Neto VICE-REITOR
Cristina Roque da Cunha ASSESSORA DA REITORIA

UNIVERSIDADE DO MINHO

António Cunha REITOR
José Mendes VICE-REITOR

UNIVERSIDADE DO PORTO

José Carlos Marques dos Santos REITOR
Jorge Moreira Gonçalves VICE-REITOR
Teresa Sá Marques PROFESSORA ASSOCIADA DA FACULDADE
DE LETRAS
Hélder Santos MEMBRO INTEGRADO NO CENTRO DE ESTUDOS
DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – CENTRO REGIONAL DO PORTO

Manuel Afonso Vaz PRESIDENTE DO CENTRO REGIONAL
DO PORTO DA UCP
Eduardo Luís Cardoso COORDENADOR DO PROGRAMA SPIN
LOGIC, TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E EMPREENDEDORISMO
DO CENTRO REGIONAL DO PORTO DA UCP
Joana Cunha e Costa COORDENADORA DO SIGIQ – SISTEMA
INTERNO DE GARANTIA DA QUALIDADE
Luís Teixeira COORDENADOR DA UNIDADE PARA A EXCELÊNCIA
NA INVESTIGAÇÃO

CONSULTORES EXTERNOS

Francisco Cordovil INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO
AGRÁRIA E VETERINÁRIA
José Manuel Sobral INVESTIGADOR PRINCIPAL NO INSTITUTO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Teresa Sá Marques PROFESSORA ASSOCIADA DA FACULDADE
DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Em colaboração com Hélder Marques, Elsa Pacheco
e Alberto Gomes

Maria Teresa Andresen PROFESSORA CATEDRÁTICA
DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

CARTOGRAFIA

Inês Marafuz, Diogo Ribeiro, António Costa,
Carlos Delgado e Mariana Brandão

Design TVM designers

Impressão Multitema, Soluções de Impressão, S.A.

Tiragem 500 exemplares

ISBN 978-989-96019-7-0

Depósito Legal 378550/14

1.2.3. ATIVIDADES AGRÍCOLAS E FLORESTAIS

O processo de desruralização que ocorreu no Noroeste de Portugal depois do ciclo emigratório europeu, particularmente intenso na década de sessenta do século passado, parece estar próximo do seu apogeu. Alguns dos territórios da ruralidade no Noroeste de Portugal atingiram níveis elevados de intensificação cultural agrícola, associados a uma maior produtividade do trabalho. Assiste-se, portanto, a uma clara subalternização da base social económica de raiz camponesa, apoiada na diversidade produtiva, no autoconsumo e no trabalho familiar. Este declínio corresponde também ao fechamento do ciclo de pobreza endémica nos campos do Noroeste.

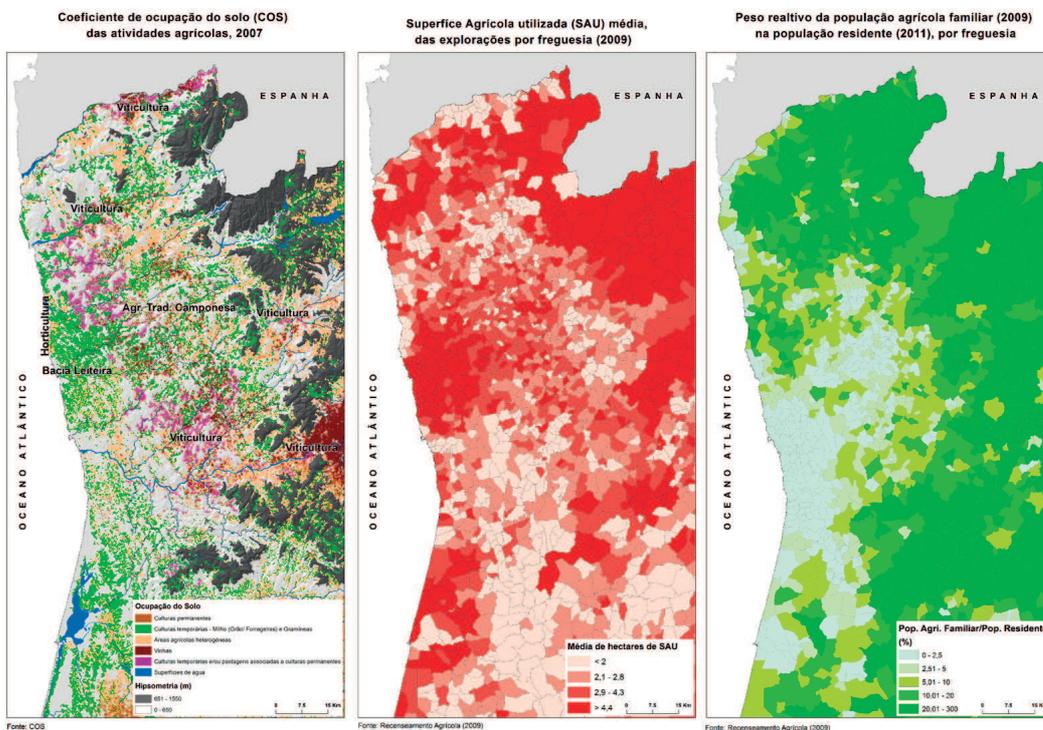


FIGURA 13 Indicadores de atividade agrícola

Fonte: COS; INE.

A população agrícola familiar reduziu-se na última década (1999/2009) em cerca de um terço. Além disso, prosseguiu a redução do número total de explorações agrícolas (menos 27%), com particular incidência nas pequenas ou muito pequenas explorações, enquanto a SAU só reduziu 2,1%. Daqui decorre que a área média de SAU por exploração, que há uma década se situava nos 3,2 ha, esteja agora nos 4,4 ha.

Os traços recentes mais marcantes são:

- A consolidação das fileiras de matriz produtivista, que jogam em mercado aberto e competitivo e que para sobreviverem mantêm baixos custos unitários de produção. Destacam-se como essencialmente mercantis as fileiras do leite e do vinho, a horticultura e, em menor medida, a floresta de produção. Territorialmente cada vez mais circunscritas, apresentam grande concentração produtiva, elevados índices de motorização e recurso às TIC e a serviços de apoio à produção.
- A emergência dos primeiros traços de rendibilização de práticas agroflorestais mais brandas, filiadas no pós produtivismo e em modelos eco rurais (agricultura biológica, multifuncionalidade no interior das explorações agrícolas, práticas produtivas mais brandas, ditas agroecológicas, recurso a um maior valor acrescentado pelas IGP – Indicação Geográfica Protegida, DOP – Denominação de Origem Protegida ou ETG – Especialidade Tradicional Garantida), valorizando e rendibilizando componentes imateriais – paisagem e memória do período de saber fazer e viver camponês – da ruralidade ou processos de renaturalização que procuram compatibilizar produção material e proteção ambiental, reorientando a nossa relação com a natureza e recreando uma nova forma de olhar o campo.

Correlativamente, ocorreram no quadro paisagístico da ruralidade recente do Noroeste três alterações significativas que descolam do período ante produtivista de dominância camponesa:

- a) O quase desaparecimento da vinha de bordadura (ramadas ou enforcado) na bacia leiteira e, de um modo geral, nos alvéolos minhotos, a par da difusão e dispersão construtiva;
- b) A monocultura da vinha, substituindo o campo prado, sobretudo nos tramos médios dos rios Minho, Lima, Cávado e Tâmega, a que acresce o vale do Sousa;

- c) O abandono de terras, a extensificação produtiva e o despovoamento no arco periférico serrano do Noroeste.

Nesta estrutura compósita e multifacetada, relevam-se territórios mais marcados por: fileiras intensivas exclusivamente agrícolas com forte articulação a montante e jusante com as indústria agroalimentares; multifuncionalidade ligada a lógicas de desenvolvimento local em áreas excêntricas, normalmente de baixa densidade, envelhecidas e de maior fragilidade em capital humano; territórios de renaturalização associados à recuperação do património material e imaterial, ao lazer e ao turismo, tendo como matriz principal a fruição da “natureza”, onde ocorrem processos de extensificação e abandono de áreas marginais com terras pobres ou serranas (nomeadamente cereais de sequeiro).

As fileiras fundamentais do ponto de vista do produto agrícola bruto – essencialmente formatadas pela PAC nos últimos 20 anos numa lógica produtivista, embora dependentes da procura interna, e hoje em crescente internacionalização – são as seguintes (do maior para o menor gradiente de intensificação):

- **Fileira do leite:** desde a abertura ao mercado europeu, e particularmente após o estabelecimento das quotas leiteiras, tem ocorrido um forte processo de concentração, simultaneamente territorial e produtivo. Sustentada numa estrutura cooperativa dominante (Agros) fala-se hoje na bacia primária leiteira, agora litoralizada, que abrange os tramos médios e inferior dos vales do Ave e Cávado, configurando uma espécie de arco que circunscreve, a norte, os municípios de Esposende e Barcelos, a sul, os de Vila do Conde, Trofa e Sano Tirso, e a nascente, Famalicão. Em 1998 o Entre Douro e Minho registava cerca de 37 mil produtores, sendo atualmente este valor inferior a 3 mil.
- **Fileira hortícola:** tem forte expressão territorial na faixa arenosa litoral ao longo das dunas secundárias entre o Mindelo (Vila do Conde) e a Apúlia (foz do Cávado, Esposende). São as chamadas terras de areia por contraste com a terra “preta”, a nascente. Abrange uma área de cerca de 15 mil ha e expandiu-se por finais do século XIX. Uma boa parte do processo produtivo é endógena e vai desde os viveiros à logística de distribuição (transporte e armazenamento). Recentemente, sobretudo com

o acesso a fundos comunitários, algumas masseiras foram substituídas por sistemas forçados. Fora deste território, a produção hortofrutícola, além das hortas familiares, apresenta um carácter disperso e pulverizado, com múltiplos enlaces a jusante (dos mercados locais ao regional) dependendo do respetivo volume da produção.

- **Fileira vitícola:** beneficia da denominação de origem “vinho verde”, tendo sido definida como região produtora demarcada, com um recorte que abrange praticamente todo o Noroeste de Portugal, em 1908. Nos anos cinquenta do século passado era ainda dominante a viticultura camponesa, caracterizada pelo elevado peso do autoconsumo e pela forte pulverização territorial, só se excetuando o litoral e a montanha acima dos 700/800 metros de altitude. Depois dos anos 70, expandem-se as áreas monoculturais da vinha (representam agora mais de metade do total da produção, sendo também responsáveis pela melhoria generalizada da qualidade), ao mesmo tempo que se assiste a uma recomposição organolética (mais vinho branco, menos tinto e regionalização das castas). Recentemente observa-se um processo de concentração produtiva e de alteração do padrão territorial, destacando-se alguns territórios de maior aptidão agroecológica em torno de cooperativas, empresas agroindustriais exportadoras ou, ainda, “quintas”. A produção concentra-se no tramo médio do Minho (Monção e Melgaço), no Lima (Ponte de Lima e Arcos de Valdevez), no vale do Sousa (Felgueiras e Penafiel), no Baixo Tâmega (Amarante e Celorico de Basto) e ainda em Baião e Resende. Acentua-se a progressiva vocação exportadora da fileira.
- **Fileira florestal:** a taxa de cobertura vegetal mantém-se relativamente elevada e reparte-se no essencial por três situações morfológicas distintas quanto à repartição espacial ou das espécies dominantes:
 - 1) Colinas minhotas (Minho da ribeira): o bravio ou as bouças constituem tufos mais ou menos dispersos mas ainda assim importantes, normalmente constituídas por pinheiros bravos e eucaliptos, crescendo em solos de menor aptidão agrícola e pela sua pobreza ou declive excessivamente acentuado, sendo a maioria de raiz camponesa. Cerca de 90% pertence a privados, muitos deles não residen-

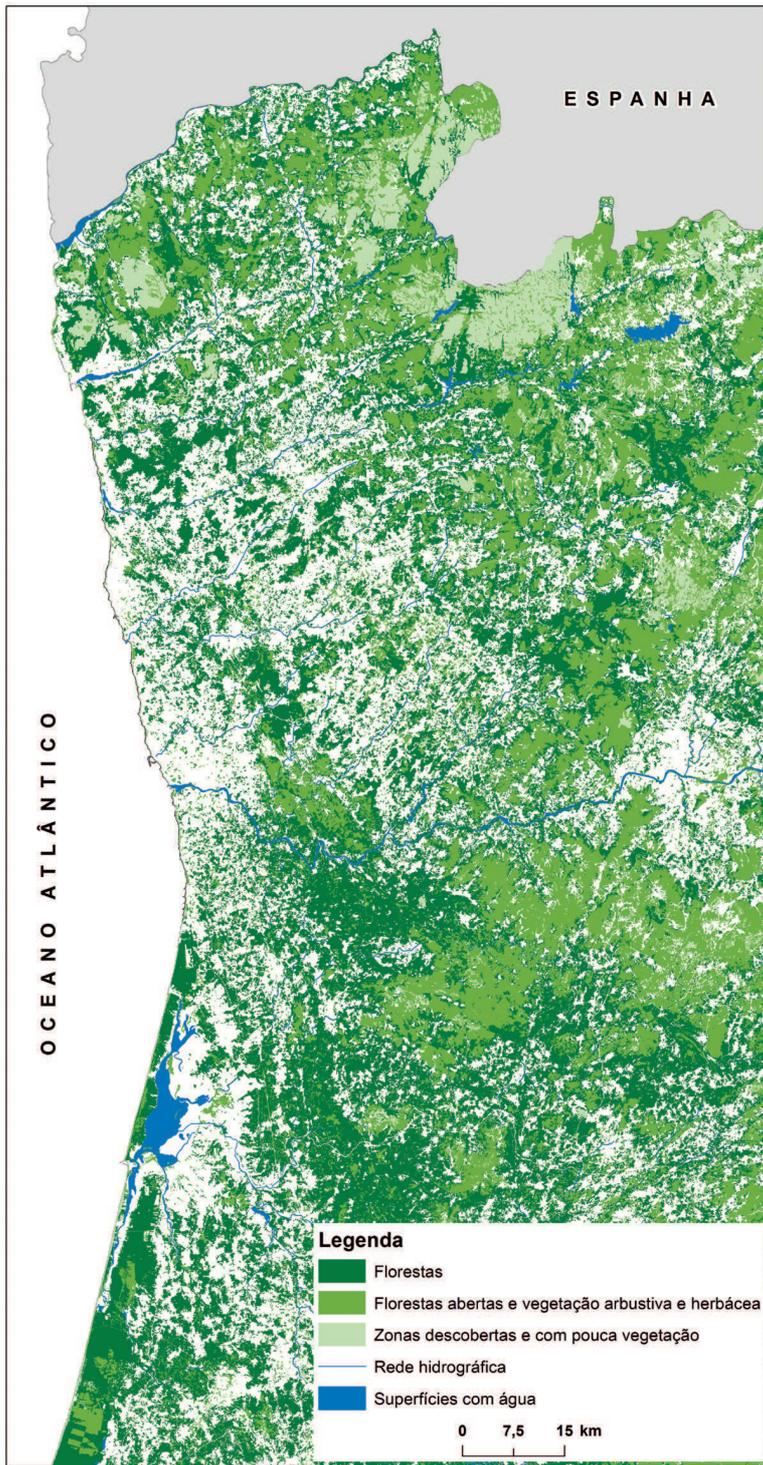


FIGURA 14
Sistema agroflorestal (2007)
Fonte: COS.

tes. Permanecem, ou assim são entendidas, como património fundiário à espera de serem rendibilizadas pelo loteamento e edificação, sobretudo as mais amarradas à densa malha de estradas.

- 2) Territórios de transição para a serra: o recurso à socalcagem permitiu expandir a prática agrícola, mas aqui é claro o peso da floresta de produção, com predomínio das coníferas e das folhosas, nomeadamente do carvalho (roble e negral) e do castanheiro.
- 3) Serra minhota: houve uma extensificação por florestação de antigas terras agrícolas. Além dos incultos sobressaem os perímetros florestais serranos territorialmente incluídos ou não na Rede Natura 2000, com particular destaque para o parque nacional da Peneda-Gerês.